

12 OUT 1994

A política do leite derramado

ANTONIO CARLOS TUCHE *

A política equivocada das entidades médicas tem respaldado o direcionamento do orçamento da saúde que beneficia sempre o grande e eterno ganhador, que é o empresário, seja ele prestador de serviços, representante e comerciante de equipamentos ou vendedor de material de consumo a serem usados pelas unidades estatais de saúde.

O orçamento para a saúde é dividido em quatro destinações, ou seja, parte para obras, para compra de equipamentos, para reposição de material de consumo e uma quarta parte para remunerar os recursos humanos, que atuam nos hospitais e postos de saúde.

Não é possível, através da atual legislação, que as parcelas preestabelecidas para um determinado segmento sejam utilizadas em outro, ou seja, a verba destinada a obras não ser usada na compra de equipamentos ou na remuneração de recursos humanos.

Sendo assim, quando o planejamento das secretarias de saúde elabora o seu plano de necessidades e não prevê um investimento maior na remuneração de pessoal, não adianta se exigir do secretário aumento para o médico, se não existe previsão para essa melhor remuneração.

A elaboração do plano de gastos é realizada no ano anterior àquele em que eles serão efetuados e, então, votados nas Câmaras Municipais, não adiantando depois disso a gritaria feita pelas entidades médicas, pois não terá o secretário ou o prefeito condições, estritamente dentro do orçamento, de remanejar recursos humanos para pagar melhor o doutor.

Creio que, a nível de Estado, o Cremerj, junto com o Sindicato dos Médicos, devesse buscar uma real participação na elaboração do orçamento, não permitindo que a visão política e, às vezes, eleitoreira desenvolvida nas secretarias de saúde venha beneficiar o empresário, que nas condições atuais fica com 60% das verbas que remuneram obras e compram equipamentos, que na maioria das vezes não trazem benefício à sofrida população que depende dos hospitais públicos. Os recursos humanos, médicos e enfermagem, estão abandonando seus empregos públicos, tendo em vista a miserável remuneração que lhes é oferecida, deixando que esses investimentos se percam criminosamente.

O Conselho, através de suas Câmaras Técnicas, as sociedades de especialidades e os diretores de hospitais e postos de saúde devem ser ouvidos quando se elabora o planejamento para aquisição de material e

obras das unidades, pois, sem uma política de manutenção e sem os devidos recursos humanos, esses investimentos acabam se perdendo e só servem para promover políticos nas festividades de inauguração e enriquecer o empresário que, com sua desonestidade, influencia, direciona as precárias verbas de saúde para suas polpudas contas bancárias.

As Comissões de Saúde das Câmaras Municipais, Estaduais e Federais devem discutir com as autoridades médicas a melhor proposta para aplicação do orçamento e não atenderem, como vem sendo feito, a interesses partidários, em geral, não coincidentes com as necessidades da população.

Em suma, não adianta reclamar da má remuneração do profissional de saúde, depois de votado o orçamento, como histórica e inocentemente vem sendo feito pelas entidades médicas, pois o empresário que ficou com a maior parte dos recursos se antecipa sempre no momento exato, quando o planejamento dos gastos é elaborado pelas Secretarias e Coordenadorias do SUS do nosso estado, tornando repetitivamente inconsequente a luta política pela melhora salarial do médico.

* Médico, membro do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

JORNAL DO BRASIL